# DESENVOLVIMENTO E CULTURA POLÍTICA

Hemerson Luiz Pase

hlpase@yahoo.com.br

Dr. Em Ciência Política. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas

**Resumo**

O objetivo do texto é discutir a relação entre o desenvolvimento, as políticas públicas e a cultura política no Brasil. A hipótese central afirma que a ocupação territorial, econômica e a constituição da sociedade e do sistema político brasileiros, produzem uma cultura política de subserviência que desestimula a cidadania. A metodologia articula uma análise do desenvolvimento do Rio Grande do Sul a algumas informações sobre o Brasil e a América Latina oferecidas pelo Latinobarômetro. A análise das informações revela a existência de uma cultura política onde a desconfiança do cidadão em relação aos institutos da democracia estimula a passividade e o clientelismo materializado pela esperança de benesses, e não direitos. Isto impulsiona um desenvolvimento elitista, concentrado e excludente.

**Palavas chave**

Políticas públicas, capital social, clientelismo, Rio Grande do Sul, Brasil, América Latina

**Abstract**

The aim of this paper is to discuss the relationship between development, public policy and political culture in Brazil. The central hypothesis states that the territorial occupation, and economic formation of society and the Brazilian political system, producing a political culture of subservience that discourages the citizenry. The methodology combines an analysis of the development of Rio Grande do Sul to some information about Brazil and Latin America provided by Latinobarómetro. Analysis of the information reveals the existence of a political culture where the distrust of citizens in relation to the institutes of democracy encourages passivity and embodied the hope of patronage spoils, not rights. This drives an elitist development, concentrated and exclusive.

**Key words**

Public policy, social capital, patronage, Rio Grande do Sul, Brazil, Latin America.

**Proposta à II Conferência do Desenvolvimento 2011 – Área temática 10: Democracia e desenvolvimento econômico**

## Introdução

As dimensões subjetivas dos fenômenos políticos, consideradas para explicar questões relacionadas à estabilidade e consolidação institucional da democracia, inserem-se na teoria da cultura política, cuja abordagem afirma que as crenças, normas, valores e atitudes constituem disposições a cerca da política e, por sua vez, influem no comportamento político. Essa abordagem estimulou cientistas políticos a relacionarem a cultura política ao regime democrático.

Nesse sentido, a história do Brasil revela o desencontro de duas civilizações e culturas onde os descobridores impulsionam um processo de conquista, exploração e exclusão em relação à população indígena e, também, em relação ao território, pois a ocupação estava vinculada diretamente à possibilidade de criar, garantir ou ampliar ganhos econômicos de forma bastante concentrada**,** o que foi viabilizado por uma estrutura política específica, baseado num Estado autoritário.

O objetivo deste texto é discutir a relação entre o desenvolvimento e a cultura política no Brasil. A hipótese discutida aqui afirma que no Brasil a ocupação territorial, econômica e a constituição da sociedade e do sistema político, originam uma cultura política de subserviência que, por sua vez, desestimula a participação cidadã no sistema político, demandando suas preferências, fiscalizando o Estado ou constituindo a agenda das políticas públicas. A cultura política subserviente estimula a passividade e, de outro lado, a esperança da obtenção de concessões ou benesses (políticas públicas) por parte do Estado o que impulsiona um desenvolvimento elitista, concentrado e excludente.

Para esse intento utiliza-se o marco teórico e metodológico da cultura política articulando-o à revisão histórica do Rio Grande do Sul, desde o período colonial. Além disso, trabalham-se informações coletadas em pesquisas empíricas realizados no Rio Grande do Sul, além de dados oferecidos pelo Latinobarômetro para a América Latina e Brasil.

Na primeira parte do texto apresenta-se a abordagem teórica da cultura política a partir de seus fundadores Almond & Verba, incorporando o trabalho de Putnam que o relaciona diretamente ao desempenho institucional do Estado. Na segunda parte faz-se uma revisão histórica da ocupação territorial, econômica, constituição social e a formatação do sistema político do Rio Grande do Sul para ilustrar aquele ocorrido no Brasil. Na parte final, articula-se os dados empíricos discutindo a disposição política dos cidadãos e a constituição da cultura política brasileira.

## 1 A cultura política

As dimensões subjetivas dos fenômenos políticos consideradas para explicar questões relacionadas à estabilidade, eficácia institucional e consolidação da democracia inserem-se na abordagem da cultura política, cuja iniciativa de formulação foi realizada por Almond & Verba (1963) que afirmam que as crenças, normas, valores e atitudes são explicativos do comportamento político. Essa iniciativa ocorreu através da comparação de cinco nações (EUA, Inglaterra, México, Itália e Alemanha) identificando a adequação entre as variáveis subjetivas e o sistema político. O trabalho foi bastante criticado a partir de várias perspectivas destacando-se a acusação de etnocentrismo e da pressuposta homogeneidade da cultura política em cada sociedade. As críticas animaram os autores a retomarem e redefinirem o conceito em obra mais recente (ALMOND & VERBA,1989).

A força dessa corrente ocorre, segundo Rennó (1998 ) devido à desilusão em relação às promessas iluministas e liberais que afirmavam a inevitabilidade do progresso moral e material, expectativas frustrados com a duas grandes guerras do século XX. Além disso, o desenvolvimento de técnicas de pesquisa e métodos mais confiáveis, a exemplo do survey, que trataram com maior objetividade os testes empíricos credenciaram a corrente a qualificar as especulações teóricas acerca do comportamento e das predisposições políticas.

Esta abordagem estimulou cientistas políticos e sociólogos brasileiros relacionarem a cultura política nacional ao fortalecimento do regime democrático, "[...] nem sempre chegando a conclusões semelhantes." (FUKS, PERISSINOTTO & RIBEIRO, 2003. p. 125). Alguns autores creem na permanência e, outros, na mudança, de padrões de comportamento político favoráveis ao desenvolvimento democrático.

Nesta perspectiva, insere-se o debate a cerca do capital social como uma categoria interpretativa para o desempenho institucional, a consolidação democrática e o desenvolvimento. Este conceito ganha importância a partir do trabalho de Robert Putnam, "Comunidade e Democracia" (2000), cuja preocupação é compreender como os governos democráticos podem funcionar de maneira satisfatória. Uma das questões centrais que o autor investiga é por que alguns governos democráticos têm um bom desempenho institucional e outros não? O que determina o bom desempenho das instituições políticas? As instituições podem mudar a prática dos governos? O desempenho dos governos depende da cultura política de seus cidadãos? Perseguindo estas questões, o autor analisa vinte anos da história política da Itália estudando os 20 governos regionais criados na década de 1970, identificando grande distinção regional entre o Norte e o Sul do país. De uma região a outra se vai da

modernidade capitalista industrial, em alguns casos pós-industrial, no Norte, ao Sul tradicionalmente agrícola. Como explicar esta diferença?

As tradições cívicas produzem capital social que está ligado à ideia de um bem comunitário (PUTNAM, 2000), ou seja, práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, incluindo sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Nessa conceituação, quanto maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, para além de seus familiares, superando o "familismo amoral" (BANFILD, 1958), assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas, maior será o volume de capital social. Assim, a confiança é a expectativa que nasce no meio de uma comunidade de comportamento estável e cooperativo, baseado em normas compartilhadas por estes mesmos membros (FUKUYAMA, 1996). A questão central para Putnam (2000) é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a Sociedade são elementos positivos e essenciais para o bom funcionamento das instituições políticas[1]. Ou seja, ele toma da cultura política, a variável civismo, como uma variável independente, e o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional como variáveis dependentes. A favor dessa direção causal o autor demonstra que as regiões mais cívicas da Itália (o Norte), não começaram sendo mais ricas e nem sempre foram mais ricas, pelo contrário, permaneceram mais cívicas desde o século XI e precisamente foi isso que levou ao desenvolvimento econômico e não o contrário (PUTNAM, 2000).

Assim, o autor argumenta que se formaram dois sistemas sociais equilibrados na Itália, no Norte, de comunidade cívica, um equilíbrio virtuoso, marcado pela cooperação, confiança e reciprocidade. No Sul não cívico, um equilíbrio vicioso marcado pela deserção, desconfiança, omissão, exploração. Além disso, esses equilíbrios estão "subordinados à trajetória".

É a partir dessa reflexão que o autor afirma que tanto os Estados Unidos da América quanto os países da América Latina coincidem no fato de receberem heranças culturais significativas, no entanto, distingue-se, pois os norte-americanos foram beneficiados pelas tradições inglesas de descentralização, enquanto os latino-americanos foram prejudicados pelo autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que haviam herdado da Espanha e de Portugal medievais. Os latino-americanos herdaram tradições de dependência vertical, ao passo que os americanos herdaram tradições cívicas horizontais e isto fez toda a diferença.

[1]Não somente para as instituições democráticas, mas também econômicas. Fukuyama (1996), demonstrou que a existência de capital social numa dada sociedade é fator explicativo do tamanho da estrutura industrial ali existente, do desempenho econômico consequentemente.

Quando instigados a explicar os determinantes da cultura política, Almond & Verba (1963), tanto quanto Putnam (2000), atribuem peso exponencial à tradição e à história da configuração territorial, econômica e política das sociedades. Essa articulação metodológica possibilitará a Putnam lançar mão de um conceito do neoinstitucionalismo histórico para explicar o peso da história: o de *path dependend* ou, dependência de trajetória. O argumento principal de Putnam diz que as sociedades tendem a seguir pelo caminho de onde vieram, embora isso não seja absolutamente imutável. Mesmo com essa ressalva o autor será muito criticado pelo seu determinismo histórico (REIS, 2003).

É este o sentido de considerar as dimensões subjetivas dos fenômenos políticos para interpretar a formação histórica da sociedade gaúcha. É indiscutível a importância de analisar o histórico de constituição da cultura política e sua relação com a ação do Estado, bem como desse em relação à consolidação de determinados padrões de comportamento político que definirão o desempenho institucional, a consolidação democrática e o desenvolvimento.

Se for verdade que, conforme afirmam Almond & Verba (1989), o Brasil constituiu-se baseada em relações de dependência verticalizadas, então isso faz diferença para a constituição da cultura política e do Estado, além de para suas inter-relações. É o que buscamos entender na próxima seção.

## 2 O Rio Grande do Sul

### 2.1 A ocupação territorial e a formação social

A história do Brasil revela o desencontro de duas civilizações e culturas onde os descobridores impulsionam um processo de conquista, ocupação, exploração e exclusão em relação à população indígena e, também, em relação ao território, cuja ocupação estava vinculada diretamente à possibilidade de criar, garantir ou ampliar ganhos econômicos.

De forma congruente, a ocupação territorial e econômica do Rio Grande do Sul é impulsionada por quatro movimentos, dos quais três foram externos, sendo seus objetivos povoar as fronteiras, garantir o território e implantar uma economia familiar com capacidade de abastecer as regiões exportadoras com produtos de consumo interno. Segundo Gehlen & Melo, desenvolveram-se quatro correntes:

> A primeira, mais antiga, formou-se no próprio território, constituindo o que ficou conhecido como Missões, ou missioneira, e teve seu ápice no século XVIII... A Segunda atingiu a campanha ou pampa, no sul-sudoeste, correspondendo a quase metade do território do estado... A terceira corrente, composta por açorianos, atingiu entre 1748 e 1772 o litoral e parte das terras já povoadas, próximas a Porto Alegre e, em direção ao centro do

> estado, a Rio Pardo....encontrando-se na mão-de-obra excluída pela seleção da força de trabalho resultante da industrialização em alguns países da Europa. Iniciou-se, assim, logo após a Independência, o quarto fluxo ocupatório, composto por imigrantes de economia familiar daqueles países (GEHLEN & MELO, 1997, p. 100).

A corrente missioneira foi marcada pela miscigenação entre os indígenas e europeus sob a tutela dos jesuítas, cuja relação propiciou a formação de mão-de-obra subserviente e o desenvolvimento da criação de gado. Os açorianos implantaram a cultura do trigo, no entanto se destacaram na produção de artesanato, no comércio e na formação de núcleos urbanos.

A campanha foi ocupada por militares de todas as patentes, os quais tinham por função original construir uma barreira militar para garantir a fronteira do território nacional. Essas funções eram ocupadas por portugueses aventureiros em busca de fortuna que desenvolveram a criação de gado e muares e mais tarde ovinos e a indústria de charque.

No século XVII, Portugal procurou manter o controle sobre o processo de ocupação do território sulino, através da doação de terras (sesmarias) e do incentivo à vinda de imigrantes europeus. A doação de sesmarias a tropeiros e militares tinha o objetivo de povoar a província e garantir as fronteiras, no entanto, possibilitou também a criação extensiva de gado, além de favorecer o desenvolvimento da grande propriedade latifundiária. Essa matriz ocupacional determinou o tamanho das propriedades cuja distribuição ocorreu, principalmente, durante o Império e a Primeira República, de forma clientelista com os governantes de plantão aos coronéis ou mandões locais que, invariavelmente, eram os comandantes do exército imperial.

Segundo Prado Junior (1994), as políticas do Império para o Sul do Brasil produziram um modelo de ocupação social e econômica complementar à colonial exportadora, baseada na grande propriedade, e na produção de matérias primas e gêneros tropicais para exportação, materializados nos ciclos econômicos do ouro, da cana-de-açúcar e do café. A região Sul foi encarregada da produção de alimentos para garantir a subsistência daquelas que se dedicavam exclusivamente à exportação, além da manutenção das fronteiras do território nacional. Não é mera coincidência o grande contingente do Exército Brasileiro fixado em Quartéis ao longo da fronteira brasileira na divisa com a Argentina e o Uruguai. A ocupação do território do Rio Grande do Sul esteve vinculada à necessidade de Portugal consolidar seu domínio sobre as terras localizadas entre a Vila de Laguna (construída em 1714), onde hoje se localiza o Estado de Santa Catarina, e a Colônia de Sacramento (fundada em 1680), atual República do Uruguai, assegurando esse ponto extremo às margens do Rio da Prata, estratégico para os interesses bélicos e econômicos do domínio português.

A indústria pecuária explorava o trabalho escravo e tinha caráter mercantil, embora não tivesse papel predominante na produção de riqueza. A imigração europeia, organizada em minifúndios, possibilitaria o desenvolvimento de uma economia agrícola com capacidade de produzir alimentos para o abastecimento dos mercados local e regional.

A composição heterogênea da sociedade que emergiu durante o período imperial, juntamente com o caráter de Estado político militar, propiciou o desenvolvimento de atividades econômicas autônomas; a pecuária (estancieiros, charqueadores e escravos) e a agricultura (pequenos agricultores e comerciantes). Esta situação deu origem a dois tipos de sociedade: uma 'mais hierarquizada', composta por latifundiários peões e escravos; outra "mais igualitária" constituída por pequenos proprietários de origem européia (SINGER, 1977). Ocasionou, também, a emergência de uma classe social (econômica e política) dominante, materializada pelo latifundiário estancieiro que desempenhava o papel de patrão, marido, pai, proprietário, dono e, principalmente, chefe militar. O latifundiário é o dono da grande propriedade de terra, tem acesso às políticas do Estado e participa politicamente votando e influenciando os processos eleitorais, além de compor majoritariamente a elite política estadual, pelo menos até meados do século XX. De outro lado, o peão trabalha nas lides do gado e/ou cultiva a roça das propriedades, sua submissão econômica e política é praticamente absoluta.

Para Baquero & Pra (2007) a sociedade gaúcha foi segmentada socialmente entre estancieiros, de um lado, e colonos, imigrantes, peões, posseiros, agregados e índios, de outro. A sociedade agrícola do Norte contribuiu com o crescimento econômico, enquanto a sociedade pecuária do Sul tratou da gestão política do Estado, cuja dicotomia possibilitou que a economia regional caracterize-se como dependente e periférica, voltada para a expansão das atividades agropecuárias vinculadas às atividades fabris e exportadoras do Sudeste brasileiro. Deste mesmo prisma Alonso e Bandeira demonstram "o quadro que viria a se tornar uma das características da futura configuração espacial da economia gaúcha: um norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada" (ALONSO & BANDEIRA, 1990, p. 74).

A ocupação do Norte do Estado pela colonização familiar iniciou em 1824, com imigrantes alemães, seguidos pelos italianos em 1875. Outros grupos étnicos, embora em menor número, também se instalaram nas áreas de mata do Rio Grande do Sul, entre eles: poloneses, austríacos, letos, húngaros e franceses. "Entre 1849 e 1890 entram 92.300 imigrantes no Rio Grande do Sul, que formaram as 'Colônias Velhas Italianas (1875 – 1890).

Ao final do império, toda região 'ao redor' do Planalto estava praticamente ocupada" (GRZYBOWSKI, 1979, p. 234-237).

Os alemães ocupavam as várzeas dos rios que compõem a bacia do Guaíba, enquanto os italianos as escarpas do planalto (na chamada região da Serra Gaúcha) em sua porção Centro-Nordeste. O tamanho do lote variava de 77 hectares, até 1851, a 25 hectares no final do século XIX, a partir do momento em que os lotes rurais, que antes eram doados, passaram a ser vendidos. Isso ocorreu como reflexo da Lei de Terras de 1850, que alçou a terra à condição de mercadoria.

A ocupação da região de matas, pelos imigrantes italianos e seus descendentes, aconteceu em duas etapas. A primeira ocorreu na região Centro-Nordeste do Estado, com núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade, são as chamadas colônias velhas. A segunda ocorreu no Norte do Estado, no vale do rio Ijuí e região do Alto Uruguai, com início em 1890, chamada de colônias novas. O processo de ocupação da área de mata no Rio Grande do Sul apresenta características determinantes do desenvolvimento de toda esta região. São elas:

> a) a pequena propriedade que, com as partilhas por herança, deu origem ao minifúndio; b) a prática da policultura com cultivo de relativa variedade de produtos e a criação de animais, (suínos, bovinos e aves) destinados ao abastecimento da família e à produção de excedentes para a comercialização; c) a utilização dos recursos naturais, ou seja, da fertilidade natural do solo, e o uso da mão-de-obra dos membros da família (BRUM, 1985, p. 37).

A participação dos imigrantes europeus na economia do RS é inegável. Em 1825 começaram a chegar os alemães que sobreviveram sem muito apoio do governo e a partir de 1840, no final da Revolução Farroupilha, os alemães diversificaram sua produção de tal forma que conseguiram abastecer a capital da província com alimentos.

Em 1870 a agricultura comercial alemã já abastecia o centro do país, suprindo o mercado interno produzido pela cafeicultura. As condições de comercialização eram desfavoráveis, pois ficavam sujeitas a um rígido controle de preços impostos pelos cafeicultores que buscavam baixar o custo de reprodução da força de trabalho. Isso significa que o lucro dos agricultores gaúchos era baixo, para diminuir o custo de produção dos cafezais, possibilitando a concorrência externa e garantindo as taxas de lucro dos grandes produtores de café do Sudeste brasileiro.

A introdução da mão de obra assalariada nos cafezais paulistas impulsiona, novamente, a capitalização da elite gaúcha. O RS abastece dois mercados distintos: o dos escravos com o charque e dos imigrantes italianos com os produtos da zona colonial do Estado, cujo desenvolvimento promoveu a acumulação de capital entre os comerciantes. Os

alemães se ocupavam das atividades comerciais decorrentes do processo de plantação até a comercialização. Segundo Roche, 1969 (apud BAQUERO & PRA, 2007) os alemães eram os "vendistas" que por meio do escambo reuniam os excedentes da produção de subsistência dos colonos trocando-os por artigos importados, com os exportadores e importadores sediados em Porto Alegre. Não obstante, os alemães permaneceram alijados do processo político.

Segundo Pesavento (1980), somente em 1881, com a promulgação da lei Saraiva, concessão de direito de votar e ser votado a estrangeiros, é que os imigrantes ricos da colônia passaram a atuar na política. Entre os colonos alemães são os enriquecidos, chamados "vendistas", aqueles que conseguem atuar na política, embora com participação limitada a estabelecer a ligação clientelista entre a massa de pequenos proprietários e a oligarquia pecuarista.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul em 1875, oriundos do Norte da Itália, região mais atingida pela crise econômica da unificação italiana, e encontraram uma policultura e uma rede comercial monopolizada pelos alemães, recebendo propriedades menores na encosta da serra e de difícil acesso, cujas limitações os impeliram a dedicar-se à cultura do vinho. Viviam isolados dos gaúchos falando sua língua e vivendo seus costumes e tradições.

A colonização italiana expandiu-se rapidamente em termos geográficos na busca de mais terras férteis, pois o sistema de cultivo, baseado na derrubada da mata e queima, esgotava rapidamente o solo. Além disso, as famílias cresciam rapidamente em termos numéricos e, portanto, necessitavam de mais área para sua reprodução, principalmente quando os filhos começavam a se casar. Esse deslocamento possibilitou a rápida ocupação da maior parte do Norte do RS.

Os colonos europeus desempenharam papel determinante na ocupação territorial e no desenvolvimento da economia do Norte do Estado, e na criação de uma sociedade distinta daquela do Sul criada pelos pecuaristas.

Para Baquero & Prá (2007), a pequena propriedade, ao lado de uma agricultura diversificada e da comercialização do excedente produzido, promoveu uma maior distribuição de renda e a criação de uma rede urbana formada por pequenos centros próximos entre si, em contraste com o regime da grande propriedade latifundiária e de concentração de rendas do Sul, que congregava um número reduzido de assalariados com pouca renda. "Os colonos europeus tiveram um papel preponderante não só em termos de ocupação do solo, mas também, na dinamização da economia do norte do Estado e, em especial, para a criação de

uma sociedade bem distinta daquela estabelecida no sul pelos pecuaristas" (BAQUERO & PRA, 2007, p. 44).

Enquanto os pequenos agricultores contribuíram para o crescimento econômico do Estado, os setores ligados à pecuária se encarregaram de geri-lo politicamente. Isso demonstra a dificuldade encontrada pelos grupos que emergem do processo de transformação econômica da sociedade gaúcha, de capitalizar esta situação politicamente, evidencia-se uma sociedade dicotomizada por estancieiros, de um lado, e colonos, imigrantes, peões, posseiros e agregados, de outro.

A estrutura econômica e política montada em função da relação periférica e dependente com o centro do país, bem como a partir da militarização da sociedade riograndense, aliada à identificação do latifundiário estancieiro como representante típico do gaúcho do "pampa" brasileiro, constituíram uma sociedade excludente, nos quais, espaços de participação política, social e econômica disponíveis mostravam-se bastante limitados. As relações políticas entre os indivíduos típicos da sociedade gaúcha não superam a condição clientelista em relação ao senhor de terras, onde as características marcantes são o patrimonialismo e o patriarcalismo (URICOECHEA, 1978; HOLANDA, 1995; DAMATTA; 1993; FAORO, 1997).

O clientelismo é uma relação de poder verticalizada, da qual a característica essencial é a troca de favores desde o nível micro, na relação entre o líder local e os cidadãos comuns, passando pela relação entre aquele e o líder regional e/ou estadual e, por fim, chegando a influenciar na correlação de forças nacionais. Sua origem ocorreu na Primeira República onde a capacidade de eleição de um candidato a cargo público estava diretamente relacionada à sua capacidade de prestar favores (nomeação para cargos públicos, liberação de verbas, concessão de obras, títulos de posse de terras, e outros) para os seus correligionários locais e/ou regionais que, por sua vez, eram líderes, coronéis e/ou mandões, que garantiam seu poderio trocando favores (proteção, permissão de trabalhar como agregado, trabalho assalariado ou serviços públicos) por lealdade, materializada por trabalho na grande propriedade, por serviços militares e, principalmente, por votos, cujo destino obedece à sua ordem.

Segundo Queiroz (1975) no Nordeste se afirmava o alcance do poder de um coronel através da frase: "... fulano é gente do coronel cicrano...", o que demonstra o nível de subordinação dos clientes e da relação patriarcal com o mandão local. O patriarcado é "um todo indivisível, cujos membros se acham associados uns aos outros, por sentimentos e

deveres, nunca por interesses e idéias" (HOLANDA, 1995, p. 79). Para Queiroz, o elemento determinante do poder impetrado pela relação patriarcal é garantido pelo papel desempenhado pela família.

> A família tinha, pois, no centro, o casal branco e seus filhos legítimos, e uma periferia mal delineada de escravos, agregados, afilhados, na qual se incluíam as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos. O casamento era questão de grande importância; os pais escolhiam cuidadosamente as alianças ou para reforçar os laços de parentesco e resguardar a propriedade de mãos estranhas – uniões com primos, tios, etc. – ou para aumentar poder e prestígio, indo se unir a outras famílias de particular nomeada ou fortuna... O brasileiro típico, o "homem bom", era o homem da família, do seu grupo familial, de sua aldeia (QUEIROZ, 1975, p. 45).

Além dessas, somavam-se as pessoas que se mantinham como clientes do coronel, sendo que as relações desenvolviam-se diretamente no interior da fazenda e/ou incorporavam, inclusive, algumas vilas. O indivíduo que não fosse integrado a uma família dificilmente prosperava e não conseguiria ocupar cargo público.

A sociedade gaúcha pode ser vista como um reflexo de sua base material, ou seja, da economia pecuária e da militarização, obstaculizando qualquer possibilidade de participação política aos colonos imigrantes, mas também aos peões, posseiros e agregados, em razão de sua total dependência dos estancieiros. Essa barreira à participação do processo político, aliada a leis e instituições excludentes, fortalece o insulamento das camadas dominantes. Mesmo após a independência esse quadro não se alterou.

O imigrante e seus descendentes começaram a romper a condição clientelista em relação aos líderes locais e regionais somente na segunda metade do século XX, quando ocorreu o advento da primeira experiência democrática moderna do país entre os anos de 1945 e 1964.

Para os críticos da "democracia sulina"[2] boa parte dos problemas que a economia gaúcha enfrentou no curso de seu desenvolvimento pode ser relacionada à proteção dispensada pelas elites políticas locais a um tipo de economia (pecuária), onde a incapacidade comercial e concorrencial se mostrara evidente desde o momento de sua introdução. De outro lado, analistas conservadores[3] também notaram que o colono restringia suas atividades ao mundo do trabalho, o estancieiro e seus filhos viam no acesso à política e na obtenção do título de doutor a forma adequada para garantir seu conforto e seu *status social*. Enquanto para o colono o aumento do número de filhos significava mais braços para a lavoura, para o

[2] Ver Cardoso (1962) e Singer (1977).
[3] Ver Goulart (1978).

fazendeiro a diminuição do número de filhos representava uma garantia da continuidade do latifúndio.

**2.2 A política**

A característica fundamental do sistema político brasileiro, durante o período colonial, é a centralização do Estado e seu caráter absolutista. O avanço das ideias liberais, que começaram a se expressar tardiamente no Brasil, mais especificamente em fins de século XIX, se concretiza com o movimento republicano, reforçado pela ideologia capitalista e pelo positivismo o que, de certa forma, se refletiu no processo que levou à abolição da escravatura em 1888 e à queda da monarquia em 1889. No Rio Grande do Sul, ocorre uma situação peculiar, o Partido Liberal defenderia a monarquia, exigindo apenas algumas reformas liberalizantes. A república somente será um ideal consolidado no RS a partir da fundação do Partido Republicano Riograndense - PRR, em 1882, que, no entanto, quando chega ao poder adota uma postura conservadora e autoritária, abandonando a cartilha liberal democrática.

A "República Velha" assistiria a sedimentação de um duplo mecanismo de poder: o formal, que se expressa através da autonomia dos Estados e das oligarquias regionais, e o real, que revelava a constante presença dos militares na burocracia da vida política nacional. As administrações estaduais passaram a refletir o caráter das alianças oligárquicas regionais.

A afirmação política do PRR é empreendida por Júlio de Castilhos através de um forte e centralizado controle do Estado e do partido, organizado a partir de núcleos municipais com hierarquia militar, e apoio das lideranças locais: os "coronéis burocratas" (LOVE, 1975). Para tanto, Castilhos desenvolve um forte controle da máquina administrativa em todas as esferas, onde o poder era legitimado pela máquina eleitoral fraudulenta, sendo que aquilo que fugisse ao controle da administração ou do partido ficava a cargo da Brigada Militar (TRINDADE & NOLL, 1991).

O coronelismo é outra fonte de poder que se sobrepunha, muitas vezes, à Brigada Militar e à máquina partidária, pois estava organizada junto à estrutura governista do Estado. O prestígio dos coronéis junto ao governo era proporcional à força de que dispunham, tanto em quantidade de votos (eleitores), quanto de soldados, quando necessário.

Após a Proclamação da República o Rio Grande do Sul se diferenciaria do restante dos Estados brasileiros, pois a base ideológica da estruturação da política regional seria o positivismo, materializado pela defesa da descentralização do poder, perante o governo federal, porém fortemente centralizado internamente.

O líder do Partido Republicano Riograndense, Júlio de Castilhos, positivista convicto, tentou influenciar a Constituição Federal em 1891, sem sucesso. Apesar da doutrina não ter sido adotada na íntegra, os políticos da época souberam se apropriar de seus aspectos fundamentais para orientar sua atuação pública e manter a autoridade. O positivismo, que afirma a importância da autoridade, da disciplina, da sociedade patriarcal e da solidariedade coletiva, encontrou no RS um lugar propício para se desenvolver (BAQUERO & PRA, 2007). Castilhos foi sucedido por Borges de Medeiros, outro chefe do PRR.

A fraude, aliada às constantes mudanças na legislação eleitoral, permitida pela constituição federal, viabilizaram a perpetuação do PRR no poder durante toda a República Velha. O RS refletiu um dos casos típicos de autoritarismo brasileiro, embora existisse uma aparente "aspiração democrática", que não se materializava na incorporação da sociedade nos processos de tomada de decisão.

A Revolução de 1930 representou a extensão dos tentáculos positivistas gaúchos para o país, através da ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal. Segundo Baquero & Pra,

> No plano econômico, os anos 30 foram marcados por uma reorientação no processo de acumulação que, gradativamente, iria centrar-se no desenvolvimento da indústria. A base produtiva gaúcha, no entanto, permanece essencialmente vinculada ao mercado interno brasileiro em atendimento às demandas do setor agro-exportador. O capital acumulado com a comercialização dos produtos agrícolas constitui-se no elemento básico de um processo de industrialização, voltado para a transformação dos produtos provenientes das atividades agropecuárias (BAQUERO & PRA, 2007, p. 66).

A partir de 1937, com o Estado Novo, o processo de centralização do poder a nível federal, e a proibição dos partidos políticos, representou o desmantelamento do esquema político vigente até então, golpeando as elites oligárquicas regionais.

No período democrático de 1946-64 o controle e supremacia do partido político foi a forma de garantir a manutenção do poder, o que demonstra que a democracia brasileira se estruturou baseada em relações clientelistas e não de representação (KINZO, 1988).

Segundo Baquero & Pra (1995), o golpe militar de 1964 promoveu uma ruptura na tradição eleitoral da "república populista" em quase todos os estados brasileiros. No RS o sistema bipartidário encontrou um contexto favorável de expansão, pois a polarização entre 1945-64 se expressava na disputa entre PTB e anti-PTB, possibilitou que os novos partidos (Aliança Renovadora Nacional - ARENA e Movimento Democrático Brasileiro - MDB) se adaptassem facilmente.

Para Trindade & Noll, o que caracterizou o comportamento eleitoral gaúcho até 1986 foi mais a estabilidade do que a mudança.

> O tipo de clivagem político-eleitoral que se estrutura no Rio Grande do Sul é provavelmente tributário também da Cultura Política platina onde degladiam-se, desde o século passado, "federales" e "unitários" na Argentina e "blancos" e "colorados" no Uruguai (TRINDADE & NOLL, 1991, p. 68).

A tradição bipartidária é uma característica verificável, mesmo nos dias de hoje, nas disputas eleitorais do Rio Grande do Sul, embora representando uma articulação de forças distintas daquela que emergiu da ditadura militar; materializada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, tributário do MDB, por um lado e, por outro, do Partido Democrático Social - PDS, Partido da Frente Liberal - PFL, oriundos da ARENA. Nas últimas eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu um acirramento na polarização entre o PMDB e o Partido dos Trabalhadores - PT.

## 3 A cultura é variável dependente ou independente?

A cultura política influencia decisivamente o desenvolvimento social, econômico e político. A confiança, reciprocidade e solidariedade, embasadas em normas claras e na livre e vigorosa circulação de informações definem o capital social, cuja potencialidade de obter direitos, recursos e/ou bens tangíveis é inegável embora, muitas vezes, insuficiente (PUTNAM, 2000). É possível testar essa perspectiva teórica a partir da análise do Rio Grande do Sul o que nos permite inferir a relação causal entre cultura política e desenvolvimento para o conjunto do Brasil.

Vários autores consideram que a história de ocupação territorial, econômica e de formação do Estado e da sociedade gaúcha produz segmentações bastante distintas, algo análogo ao que Putnam (2000) encontra na Itália (BANDEIRA, 2003; PASE, 2006). Existiria uma diferença regional entre o Norte e o Sul, pois as zonas coloniais de imigração[4] (no Norte) seriam mais dotadas de capital social do que a região Sul, o que indicaria a coexistência entre uma cultura política sujeita ou paroquial no Sul e transitória 'na direção da participação'[5] no Norte. Não obstante, é preciso ponderar essas considerações, pois que fica candente é o baixo nível dos indicadores de cultura política participativa.

Seguindo o raciocínio utilizado por Bandeira (2003) e Pase (2006) os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs[6] mais ao Norte estariam melhores posicionados

---

[4] É possível observar situação análoga em regiões ou estados que receberam o mesmo tipo de colonização, cujo destaque mais evidente é São Paulo.

[5] Considerando os tipos ideais de cultura política de Almond e Verba (1963).

[6] Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o

em termos de confiança generalizada. Pesquisas efetuadas na Região Sul (abarcando os COREDES Sul e Campanha) mostram que os índices de capital social são mais baixos o que sugere uma cultura política subserviente. A Tabela 1 indica que a região Sul possui menos estoques de confiança interpessoal na comparação com as demais[7].

**Tabela 1 Nível de Confiança Interpessoal COREDES e Região Sul**

| | **COREDE Nordeste** | **COREDE Vale do Sinos** | **Região Sul** |
|---|---|---|---|
| **Se pode confiar**<br>(Pode-se confiar na maior parte das pessoas) | 19,2% | 30,8% | 15,1% |
| **Não se pode confiar**<br>(É preciso muito cuidado ao tratar com outras pessoas) | 80,8% | 69,2% | 83,3% |
| TOTAL | 100% | 100% | 100% |

Fontes: Pase (2004); Santos (2007), Cesar e Bandeira (2001).

A Tabela 1 aponta que 80,8% no COREDE Nordeste, 69,2% no COREDE Vale dos Sinos e 83,3% na Região Sul dos entrevistados disseram que "não se pode confiar nas pessoas". Na resposta "se pode confiar nas pessoas", aparecem respectivamente 19,2%, 30,8% e 15,1%. De uma forma geral, verifica-se que as regiões Nordeste e Vale dos Sinos estão mais dotados de capital social e menos de uma cultura política subserviente. Essa inferência é importante se considera-se o construto de que a estabilidade e desenvolvimento democráticos e o bom desempenho dos governos são pavimentados pela participação (formal e informal) dos cidadãos no sistema político o que está relacionado à confiança nos concidadãos e no sistema político. Ou seja, a participação no sistema político exige um mínimo de confiança, pois sua ausência completa necessitaria de um aumento exponencial

desenvolvimento regional. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22° COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí, em 2003 com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006 foram criados as regiões Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. Em 10 de janeiro de 2008, através do Decreto 45.436, são criadas as regiões do Vale do Jaguari e Celeiro e o Estado passa a contar com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631

[7] Muito embora a formulação da pergunta (para a Região Sul) não seja idêntica, incorporamos esse dado por julgarmos que há uma semelhança que mais ajuda na compreensão do que prejudica.

nos custos para a realização das preferências dos cidadãos e, de outro lado, para a garantida de um mínimo de ordem.

Nessa mesma perspectiva, o Latinobarômetro (2010) apresenta informações bastante ilustrativas sobre a confiança generalizada (questão análoga à aplicada nas pesquisas destacadas acima) percebe-se baixa confiança generalizada na América Latina, 20%, e no Brasil a confiança é bastante inferior equivalendo a 10%. Isso demonstra que embora o Rio Grande do Sul possua índices de confiança maiores, ainda assim está congruente com os dados de desconfiança generalizada no Brasil.

O Latinobarômetro (2010) mensura os meios de informação utilizados pelos cidadãos para se inteirarem sobre política, revelando que a família é o principal veículo de informação para 53% dos brasileiros e 44% dos latinoamericanos. Este dado nos remete ao conceito de familismo amoral de Banfield (1958), para quem o indivíduo estabelece relações econômicas e políticas de reciprocidade apenas com os familiares, objetivando a obtenção de resultados individuais ou familiares e imediatos sem compromissos comunitários ou sociais.

Sobre a relação dos cidadãos com o regime político democrático, o Latinobarômetro (2010) revela uma diferença importante entre os brasileiros, pois 54% dizem que a apóiam e 49% afirmam estar satisfeitos. A diferença entre apoio difuso e específico à democracia (EASTON, 1965) mostra que os brasileiros preferem a democracia a outro regime, embora estejam majoritariamente insatisfeitos por não terem suas demandas realizadas.

Existe acordo entre os analistas políticos de que para uma democracia se consolidar é necessário a possibilidade de organização de partidos políticos e o funcionamento regular dos parlamentos. Os dados sobre o Brasil sugerem que acendamos a luz amarela, pois em relação à possibilidade de haver democracia sem congresso 43% dos brasileiros discordam contra 59% dos latinoamericanos. Em relação à afirmação da possibilidade de haver democracia sem partidos políticos 44% dos brasileiros discordaram, comparado a 59% dos latinoamericanos. Indiscutivelmente, os dados do Latinobarômetro mostram que o descrédito das instituições próprias do regime democrático é maior no Brasil do que no conjunto dos países latinoamericanos. Essa constatação é bastante preocupante, pois essas instituições são importantes para a estabilidade política, para tomar decisões exequíveis e, de outro lado, sua outra principal vocação é intermediar interesses e produzir políticas públicas.

Tais informações nos possibilitam inferir que a limitação da capacidade de intermediar interesses e produzir políticas públicas progressivas é das principais motivações para as limitações da democracia no Brasil e no Rio Grande do Sul. De outra parte, essa

incapacidade não é causa e sim conseqüência de um Estado elitista, articulado a uma cultura política subserviente e que impulsiona um processo de desenvolvimento elitista, concentrado e excludente.

Fundamental para o desenvolvimento e para a democracia é questionar qual a variável determinante para a mudança do status quo? Se o Estado através das políticas públicas ou se a sociedade através da pressão, demanda e fiscalização. O que parece evidente é que nenhuma dessas possibilidades pode preterir de considerar a cultura política já que a (des)confiança move (ou bloqueia) a política, particularmente no Brasil.

## Considerações finais

O esforço teórico nos possibilita inferir que a ocupação territorial, organização econômica e constituição social, tanto quanto a institucionalização do Estado e do sistema político brasileiro estão fortemente associados a uma cultura política subserviente e não participativa da cidadania. Não obstante, as informações não nos permitem estabelecer uma relação de causalidade entre variáveis, embora seja possível observar que a forma como se deu a relação entre o Estado e a sociedade nos cinco (5) séculos que se seguiram à chegada dos europeus, estabeleceu uma cultura política subserviente e não participativa. Essa constatação pode ser incorporada a tese de José Murilo de Carvalho (2003) para quem os brasileiros estão sempre esperando alguém que resolva seus problemas, 'um salvador da pátria', sem participar na construção da cidadania. Isso impõe que a cidadania brasileira tenha sido inconclusa, concedida ou doada. O fato dos brasileiros estarem 'sempre' esperando algum 'milagre' para solucionar seus problemas revela que nossa cultura política foi forjada, e se mantém, de forma sujeita.

É adequado afirmar que o império português e a colônia influenciaram na estruturação do império brasileiro e da sociedade que alcança a república. Por sua vez, a estruturação do sistema político republicano se estabeleceu de forma a manter o 'status quo' anterior, ou seja, alijando grande parte da sociedade da participação política. De outro lado poderíamos perguntar como se estabeleceu esse estado de coisas em Portugal e qual relação com a cultura política: seria a cultura política produto ou resultado da ação do Estado?

No caso brasileiro é possível inferir que a cultura política é produto da ação do Estado ou, para ser mais rigoroso, de um tipo de ação de um determinado tipo de Estado; uma ação patriarcal, autoritária e seletiva de um Estado conservador e elitista.

Uma das principais críticas que recebem Almond e Verba (1963) e Putnam (2000) é em relação ao seu diagnóstico, pouco otimista, de que a cultura política teria sido forjada num

passado longínquo, e sua influência contemporânea seria explicada a partir da *path dependent*. No Brasil essa perspectiva nos permite formular um construto pessimista por um lado, pois a cultura política foi constituída pelo Estado colonizador, imperial e, depois, republicano.

Porém, por outro lado, esse construto nos alenta por nos possibilitar pensar na adequação e eficiência de políticas públicas intencionadas em criar cultura política participativa. A questão que precisaríamos aprofundar é: se no Brasil o Estado pôde (e efetivamente o fez) construir cultura política sujeita, pode, por outro lado, construir uma cultura política cidadã? Seguramente uma resposta positiva a essa questão implica num redirecionamento das políticas públicas noutra direção, cujos processos devem ser fundamentalmente calcados na alteração das disposições comportamentais da cidadania aproximando-a da política.

## Referências

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. **The civic culture:** political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. London: Sage, 1989.

ALONSO, José A. F.; BANDEIRA, Pedro S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. FEE. **A economia gaúcha nos anos 80.** Porto Alegre. Tomo I, p. 67 – 130, 1990.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p.15-59.

BANFIELD, Edward C. **The moral basis of a backward society.** Nova York: The Free Press, 1958.

BAQUERO, Marcelo & PRA, Jussara Reis. A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARVALHO, José Murilo**. Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESAR, Tadeu; BANDEIRA, Pedro. **Desenvolvimento regional, cultura política e capital social:** pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/LABORS (Relatório de análise dos resultados). 2001. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/download/SubDesigualdadesRegionais/pesquisa.pdf. Acesso em:19/09/2011

DAMATTA, Roberto. Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso. **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 83, n. 3, abr 1993, p. 51-62.

EASTON, David. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley and sons, 1965.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

FEE – Fundação de Economia e Estatística, RS. 2002. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php . Acesso em: 20/09/ 2005.

FUKUYAMA, F. **Confiança.** As virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato; RIBEIRO, Ednaldo. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política** Curitiba, n. 21, nov. 2003, p. 125-145.

GEHLEN, Ivaldo; MELO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no sul do Brasil: realidade e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11; n. 2, 1997, p. 99-108.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Formação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul.** (Tese de Doutorado). Paris: Universidade de Paris. 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LATINOBARÔMETRO, Corporación. **Centroamérica y sus democracias: Latinobarômetro 1995 – 2010**. In: http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp, 2010. Acesso em: 05 ago. 2011.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB (1966/1979). São Paulo: IDESP/Vértice, 1988.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PPGCP, 2006.

_____. **Projeto de pesquisa:** capital social e desenvolvimento regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste. Sananduva: UERGS/ FAPERGS, (mímeo), 2004.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone**. The collapse and revival of american community. United States: 2000.

QUEIROZ, Maria I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo 3. São Paulo: Difel, 1975. p. 155-190.

REIS, Bruno P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, nov. 2003, p. 35-49.

RENNÓ, Lucio R. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, 1998. N 45 1º semestre, p. 71 – 92.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631 , 2011. Acesso em: 5 ago 2011.

SANTOS, Everton. **Grupo de pesquisa em desenvolvimento regional/CPP**. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

SINGER, PAUL. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul:** partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial:** a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Difel, 1978.